

ARTIGO

ARTÍCULO

NOVOS DESENVOLVIMENTOS NAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

*NUEVOS DESARROLLOS EN LAS CIENCIAS DEL
LENGUAJE*

*NEW DEVELOPMENTS IN THE LANGUAGE
SCIENCES*

ALGIRDAS JULIEN GREIMAS

École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, Paris

**PUBLICAÇÃO ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO**
1989-90

**PUBLICACIÓN ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO**
1989-90

**CRUZEIRO
SEMIÓTICO**

COMO CITAR

CÓMO CITAR

GREIMAS, A. J. Novos desenvolvimentos nas ciências das linguagens. **Cruzeiro Semiótico**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-10, jan.-jun., 2025.

AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Quando se tenta dar conta das mudanças observáveis na evolução de uma disciplina - ou de um campo disciplinar - a dificuldade consiste em distinguir nelas os fenômenos de moda intelectual propriamente ditos das articulações paradigmáticas de tipo conjuntural, dispostas em diacronia, e em reconhecer nelas eventualmente transformações de *épistémé* mais profundas.

As denominações, moventes, das disciplinas, sobretudo quando se trata das ciências humanas, podem por vezes servir de pontos de referência. Se, quarenta anos atrás, a *linguística* teve dificuldade em impor-se, substituindo-se, *mutatis mutandis*, à filologia, o surgimento bastante recente e, no entanto, parcialmente institucionalizado, das *ciências da linguagem*, expressão que recobre um conjunto considerável e heteróclito de domínios e de enfoques metodológicos com fronteiras incertas, poderia ser tomado como o signo das atuais perturbações. A expressão pode ser interpretada, sem dúvida, de maneira contraditória: ou como uma prova de maturidade, dando lugar, num determinado momento, à diversificação dos pontos de vista e a cruzamentos interdisciplinares, ou como um desleixo do rigor metodológico, imputável à crise generalizada dos valores da nossa sociedade que se manifesta pela demissão da preocupação de cientificidade e por um ecletismo ambiente. Seja como for, germinação ou confusão, o problema está colocado e é patente.

Um fato parece incontestável: trata-se do *esgotamento*, nos fins dos anos 1970, paralelamente ao abandono sintomático da história e da sociologia “fundamentais”, *das grandes teorias de tipo axiomático e dedutivo* (tal como a gramática generativa de Chomsky), que tinham a ambição de abraçar e de *formalizar* o domínio inteiro das línguas naturais. Disto resultou uma renovação da reflexão epistemológica, acompanhada embora por uma parcialização de pesquisas cuja sutileza nem sempre compensa a falta de envergadura.

No entanto, uma transição parece já estar esboçada. Enquanto a linguística *stricto sensu* prossegue eficazmente a sua via sob o impulso tradicional (os trabalhos de carácter *descritivo* ligados à etnologia, os desenvolvimentos impressionantes da *fonética acústica* atinentes à tecnologia, a abertura para a *semântica* das línguas naturais etc.), novos campos de investigação e de reflexão se desenvolvem, apoiando-se, em parte, nela: trata-se da semiótica (ou semiologia) que se constrói nos anos 1960 e, um pouco mais tarde, da *pragmática*, a primeira considerada como um alargamento do conceito de linguagem ao conjunto dos sistemas de significação, verbais ou não-verbais, a segunda, como uma exploração necessária dos “restos” da semiótica, no sentido que lhe dava a Escola de Viena (Carnap), quer dizer, como a projeção da forma sintática (= lógica) sobre as diversas semânticas (ciências cons-

tituídas). Foi a extensão destes pontos de vista para além dos limites da linguística propriamente dita e a constituição um pouco desordenada de novas disciplinas que justificou a introdução da expressão ciências da linguagem que as engloba todas.

O QUADRO EPISTEMOLÓGICO

A reestruturação em curso de um território tão vasto no interior das ciências humanas e sociais só pode ser compreendida se se referir ao horizonte epistemológico no qual elas se perfilam, para constatar que a *epistémé geral do século XX* parece estar dominada, em grande parte, pelas *filosofias da linguagem*, cujas duas principais correntes, a *filosofia analítica* (Carnap, Wittgenstein, Austin) e a *fenomenologia* (Husserl, Merleau-Ponty) ocupam, desde os anos 1930 e até hoje, o proscênio. É a partir delas que ganham corpo projetos visando a cientificidade, que são elaborados procedimentos e formulações rigorosas, dando lugar, desde os anos 1960, no quadro da filosofia analítica, à constituição das teorias da linguagem de *inspiração lógica* e, a partir da fenomenologia, ou sob a sua influência, à constituição de teorias semióticas de *inspiração linguística* (Saussure, Hjelmslev e, com o contributo do neokantismo, Peirce).

Paralelamente a essas teorizações, desenvolvem-se zonas periféricas no contato com os arredores e as suas solicitações. Assim, as linguagens lógicas são convocadas pelas tecnologias (as linguagens de programação, as pesquisas no domínio da inteligência artificial etc...), enquanto que a *épistémé* fenomenológica, tendo produzido, entre as duas guerras, no campo das "humanidades", diversos "formalismos" (o russo, o alemão, o francês), encontra mais tarde a corrente linguística, desenvolve numerosas "semiologias" ou "teorias" (cinema, audiovisual, teorias da literatura etc.) e traz diversas contribuições metodológicas para um vasto domínio de aplicações frequentemente designadas por "ciências da comunicação". De um lado como de outro, constituem-se, em torno dos "núcleos duros", zonas de aplicação caracterizadas por *graus bastante desiguais de desenvolvimento* e de rigor, muitas vezes impregnadas de ecletismo metodológico, tendo, no entanto, um interesse incontestável para o futuro das ciências humanas e sociais.

Em suma, pode-se dizer que, do ponto de vista epistemológico e metodológico, é possível distinguir, neste vasto campo de pesquisas, disciplinas (ou antes, terrenos de investigação ou objetos de conhecimento em construção):

- de inspiração lógica vs. de inspiração semiótica e pragmática;
- com objetivo teórico vs. de aplicações práticas;
- com formulações "duras" vs. com consistência "mole".

Uma classificação deste tipo é evidentemente sumária e até trivial. Ela mostra, no entanto, que a reflexão taxonômica, tendo como critérios os fundamentos epistemológicos e distribuindo as disciplinas segundo os enfoques metodológicos e não segundo as “coisas” de que se ocupam ou os territórios que elas ocupam, põe em evidência certas anomalias:

- as linguagens lógicas encontram-se excluídas, de fato, da esfera das ciências da linguagem, quando a sua problemática está íntima mente ligada a estas;
- os domínios de aplicação da lógica e da semiótica são centrífugos, quando seria desejável a sua colaboração;
- a desigualdade de desenvolvimento e de rigor entre várias disciplinas dá uma impressão de confusão e de “irrealidade” deste campo de pesquisas, quando elas estão unidas nos seus fundamentos.

E, no entanto, ciências da significação, na medida em que tentam compreender o homem e a sociedade, elas se desenvolvem atualmente segundo um pequeno número de *eixos fundamentais* que parecem indiciar o seu avanço comum nos anos futuros:

As atividades humanas, tanto individuais como sociais, são apreendidas e tendem a ser formuladas em termos de “*discurso*”, como sequências organizadas de ações e de paixões, de finalidades e de resultados; a apreensão discursiva, sintática opõe-se assim à *démarche* mais antiga dita “estruturalista”, cujo objetivo era mais taxonômico, visando descrever e interpretar os sistemas;

As atividades humanas são, por outro lado, apreendidas como interações, como *relações de comunicação intersubjetivas* e permitem a passagem do individual para o social.

PARA UM NÚCLEO DURO

O fato de a filosofia analítica - e as análises localizadas que se realizam sob a sua égide - mas também as teorias semióticas - com as aplicações que delas são feitas em domínios muito diversos - exibirem o seu ponto de vista sobre o rigor e a sua vocação para constituir os lugares privilegiados de reflexão problemática, coloca a questão do seu estatuto enquanto espaço epistemológico e metodológico, ultrapassando mesmo os limites impostos às ciências da linguagem. E isto apesar do distanciamento institucional, apesar, também, dos mal-entendidos - incompreensões e tensões - que parecem caracterizar muitas vezes os encontros das comunidades dos lógicos e dos linguistas.

À partida, é a diferença de sua abordagem e dos procedimentos desenvolvidos sobre o objeto de estudo que as separa: a lógica é essencialmente construção da linguagem, enquanto a linguística (e a semiótica numa menor escala) se querem uma descrição das estruturas imanentes das línguas; a primeira é axiomática e dedutível, a segunda, indutível e generalizante. Pode-se perguntar, no entanto, se as duas atitudes são realmente inconciliáveis, se a sua evolução separada e, contudo, convergente, não lhes permite encontrar senão uma via comum, pelo menos obter o reconhecimento recíproco de numerosas interferências e de interações criadoras de problemáticas fecundas.

Seja-nos permitido fazer aqui uma digressão para mencionar a situação conflitual, que não é de hoje, na qual se encontra a lógica em relação às linguagens matemáticas, de que se conhece o papel formalizador desempenhado nas ciências da natureza. Nestes últimos tempos, a matemática topológica, ao menos tal como ela se apresenta sob a forma da teoria das catástrofes de René Thom, faz questão de fornecer os instrumentos de modelização e de formalização tanto à biologia como às ciências sociais e, mais particularmente, à semiótica, substituindo, por assim dizer, pelo menos aos olhos do profano, ao simbolismo algébrico dos fenômenos, uma representação geométrica, à projeção do descontínuo sobre o “real”, um imaginário espacializado do contínuo.

De qualquer maneira, a via média entre o construtivismo e o imanentismo, dir-se-ia mesmo o seu consenso mínimo, poderia consistir no esforço de conceitualização levado em comum e separadamente no interior de cada disciplina. Porque o que mais falta às ciências humanas e sociais é um patamar intermediário, entre o nível da manifestação do que é observável, por um lado, e o nível da formalidade que visa, em última instância, a pesquisa, onde estariam situados, bem definidos e unívocos, em sequências ordenadas da melhor maneira possível, os conceitos de cada uma das disciplinas particulares, condição da sua aproximação e da sua comparabilidade. Com efeito, se se pode falar de uma aquisição comum às linguagens lógico-matemáticas e semiolinguísticas, é o reconhecimento dos níveis (metalinguísticos ou níveis de profundidade, a denominação importa pouco), segundo os quais é conveniente dispor os fenômenos descritos e conceitualizáveis. A distinção dos níveis de pertinência e a exigência da coerência interna parecem, atualmente, as únicas regras de “boa conduta” suscetíveis de presidir à conceitualização, nível, precisamente, que, enquanto “núcleo duro”, parece cristalizar a principal questão em jogo nas ciências da linguagem e talvez até, de maneira mais geral, nas ciências humanas e sociais.

A DISCURSIVIZAÇÃO

A assunção do discurso - seja como ponto de partida da análise, seja como resultado das operações de discursivização dos conteúdos - entendido como o encadeamento da significação, segmentável, estruturável em sequências organizadas, com, portanto, programas finalizados, permite ver melhor a convergência que se acentua cada vez mais entre as preocupações e as démarches das duas grandes correntes que caracterizam as ciências da linguagem no sentido amplo: as atitudes e os procedimentos de inspiração lógica e linguística.

No seu esforço para ultrapassar os limites que lhe impõe a frase (e já precedida nessa via pela lógica das proposições), a linguística textual tenta primeiro uma concatenação impossível dos enunciados separados que se seguem e se justapõem, antes de reconhecer que só uma dimensão mais profunda do discurso - imanente ou construída - permite obter a homogeneidade dos textos e encontrar neles os princípios da organização narrativa. Numerosas narrativas se desenvolvem a partir daí, dando conta da competência semântica e modal dos sujeitos agentes, descrevendo os percursos dos atores e os programas de ação e de cognição que eles são suscetíveis de executar com vista à aquisição dos objetos de valor. A elaboração e o refinamento dos esquemas canônicos nos quais se moldam as estruturas narrativas se acompanham de uma generalização dos procedimentos, permitindo a aplicação dos modelos assim construídos a discursos os mais variados (primeiro mitológicos, a seguir literários, jurídicos, políticos, filosóficos etc.). Tudo isso constitui uma aquisição importante das pesquisas realizadas em semiótica, durante os últimos quinze anos.

É mais curioso constatar que a este desenvolvimento da semiótica teórica corresponde, sem que nenhum contato nem influência possa nele ser desvendado, a evolução paralela da lógica no sentido da discursivização, seja sob a forma de construções teóricas das linguagens Lógicas (lógicas da ação, lógicas modais e temporais etc.), seja sob a das linguagens de programação (informática, sistema experts, inteligência artificial etc.). O desenvolvimento paralelo de duas abordagens independentes, enquanto à lógica da ação corresponde uma semiótica da ação, prolongando-se numa semiótica das paixões, que às lógicas modais correspondem gramáticas modais etc., não pode ser circunstancial e denota, para além do "ar do tempo" comum, uma viragem epistemológica que merece ser apontada.

INTERAÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE

Qualquer análise da ação desemboca obrigatoriamente na interação; qualquer discurso pressupõe a interface dos sujeitos discorrentes. A concepção das atividades humanas como sequências mais ou menos bem agenciadas de ações e de acontecimentos ou, no plano cognitivo, como um conjunto variado de projetos, de programações, de realizações e de avaliações, dá lugar, conseqüentemente, a uma abordagem discursiva nas ciências da linguagem (objetivo metodológico geral que tem muito pouco em comum com os discursos sobre “o discurso social” dos anos 1970) que só pode repercutir-se de uma certa maneira, sobre o conjunto das ciências humanas e sociais. Mas vê-se logo que a assunção do discurso como enunciado, como aquilo que é dito, não deixa de colocar o problema da enunciação como ato produtor do discurso, e do dizer como uma atividade tanto individual como social entre as mais importantes. O interesse da linguística desloca-se do discurso-objeto analisável em si para o sujeito como ator e os outros participantes do discurso, como seus correspondentes: a linguagem como significação aparece então como uma atividade de comunicação.

A formulação trivial da estrutura da comunicação (emissão-código-recepção), imposta outrora pela teoria da informação que só se interessava pelas transferências do saber em estado nu - atitude caracterizando ainda hoje certas disciplinas -, encontra-se completamente transformada pelos contributos da lógica (Austin) e da linguística (Benveniste), pondo em evidência o papel considerável desempenhado pelos participantes da comunicação. Uma problemática complexa focaliza-se então na competência dos sujeitos em situação de comunicação: competência modal (deôntica e volitiva, modalização segundo o poder e saber fazer), mas também comunicação como lugar da manipulação (persuasiva, argumentativa ou interpretativa). Isto constitui rapidamente um campo de observação e de modelização que transborda a dimensão propriamente linguística da comunicação e visa a tomar a seu cargo o conjunto dos modos de comunicação simbólica (gestual, somática etc.).

Uma tal atitude epistemológica estendeu-se e serve, em grande parte, de catalisador para a reflexão nas ciências sociais, ressuscitando e procurando integrar no seu seio problemáticas mais antigas: a interrogação filosófica sobre a intersubjetividade como fundamento do sujeito humano e da sua identidade, a reflexão antropológica sobre a troca como comunicação constitutiva das estruturas sociais, o retomar das teorias da Gestalt permitindo inscrever, no quadro da intersubjetividade, objetos de valor. De modo mais factual, encontrámo-la na origem do desenvolvimento da pragmática, da sociologia dos papéis sociais (Goffman),

da análise conversacional (Grice) - etiquetas que não devem ocultar as bases epistemológicas comuns - e, evidentemente, na concepção semiótica da narratividade, centrada na estrutura polêmico-contratual intersubjetiva, dando conta ao mesmo tempo das interações dos sujeitos no interior dos discursos-objeto programados e da atividade da linguagem intercomunicacional. Se é, certamente, muito cedo para esboçar uma síntese destas múltiplas e variadas pesquisas, pode-se dizer que elas constituem, juntamente com as abordagens discursivas no sentido amplo, um dos principais eixos das ciências da linguagem e talvez, de maneira mais geral, das ciências humanas e sociais.

PERCURSOS E DESAFIOS

É evidente que tentando extrair o essencial, reduzindo a efervescência atual que se constata no domínio das ciências da linguagem a duas grandes correntes que parecem portadoras de pesquisas de ponta, corre-se o risco de uma simplificação excessiva. Como fazer de outra maneira: qualquer reflexão englobante coloca a questão do nível de generalidade e de inteligibilidade dos problemas que deve escolher o discurso daquele que ousa nele se aventurar. E, no entanto, muitas coisas, importantes e atuais, escapam ao mesmo tempo, inevitavelmente: seria necessário falar, por exemplo, do raciocínio analógico e do papel crescente dos modelos chamados figurativos na inventividade científica; da urgência de uma sintaxe aspectual suscetível de dispor de pontes entre a reflexão histórica e discursiva; do interesse cada vez mais manifesto para a descrição das axiologias culturais etc. O perigo de introduzir avaliações muito subjetivas e pontos de vista específicos é igualmente importante

Por outro lado, por pouco que se renuncie, como critério de apreciação, ao progresso metodológico, pergunta-se se no entremear e no cruzamento das pesquisas que caracterizam "o estado das coisas" atual não se deve privilegiar certas disciplinas "engenhantes", mais centradas na convergência das abordagens metodológicas aparentemente heteróclitas visando a focos de fixação que constituem as excrescências tecnológicas da nossa civilização. Pensamos, particularmente, nos vastos domínios do audiovisual, da comunicação, que convocam um número impressionante de investigadores solicitados por necessidades específicas e heterogêneas e que, no entanto, não desistem de constituir aí lugares do conhecimento organizado. Não será de ter em conta, nestes casos, esses campos de investigação destinados a desenvolver-se, assistindo-os somente no seu progresso metodo-

lógico? As escolhas, como se vê, não são simples: convém privilegiar o carácter descritivo, constitutivo da pesquisa, ou, ao contrário, apoiar o esforço para um maior rigor e coerência?

Existe, por fim, outra forma de incitação aos “bons encontros”, à introdução dos métodos das ciências da linguagem em domínios onde o seu papel permanece inexistente, desconhecido ou subavaliado. Isso acontece, por exemplo, com a didáctica, no seu sentido largo, englobando tanto a pedagogia propriamente dita como as prestações de saúde (relações entre o médico e o doente) ou serviços sociais (assistência, animação etc.), onde as pesquisas atuais em interações intersubjetivas poderiam fornecer um complemento notável, retificando as suas metodologias. Em oposição a uma possível consolidação dos domínios “moles”, pode-se também invocar o “enfraquecimento” desejável das aplicações tecnológicas, precocemente “duras”: assim se as pesquisas em inteligência artificial manipulam, ao que parece, facilmente os “sistemas experts”, elas sentem dificuldades, mesmo quando ajudadas pela psicologia cognitiva, em dominar os processos de conjunto, utilizando para tanto as únicas linguagens lógicas, enquanto que a colaboração com a semiótica narrativa permitiria talvez suturar pouco a pouco o vazio que separa os modelos de inspiração discursiva e frástica. Estes não são mais do que dois exemplos do “bom uso” eventual - nem insuficiente nem excessivo - da injeção metodológica.

Porque, afinal, as ciências da linguagem, pelo seu carácter composto, devolvem - em miniatura - uma imagem bastante fiel àquela que nos fazemos das ciências humanas e sociais no seu conjunto e colocam, uma vez mais, o problema da sua homogeneização, surgindo através de nomes diminuídos e desconsiderados de inter-, pluri-, multi-, disciplinaridade. A experiência mostrou - e tivemos a ocasião de ver as coisas de perto nos anos 1960 - que a interdisciplinaridade concebida como simples justaposição das descrições operadas por uma dúzia de disciplinas sociais autónomas ou como comparação das terminologias que lhes são próprias é completamente ineficaz. Parece-nos desejável substituir-lhe uma pesquisa de comparabilidades, muitas vezes independentes da comparação dos seus objetos de estudo, de tentar discernir e situar, não as equivalências termo a termo, mas a comparabilidade das problemáticas, ou seja, de imaginar a interdisciplinaridade como uma aproximação trans metodológica das disciplinas, visando a extrair, num primeiro tempo, espaços problemáticos comuns, a partir dos quais emergiria progressivamente a necessidade de um instrumento metodológico coordenador.

A importância dos problemas que aparecem assim permite-nos ultrapassar ligeiramente os limites sugeridos para o estabelecimento deste documento e obriga-nos a colocar a questão, ao mesmo tempo geral e ingénua: qual é a missão que a UNESCO quer e pode conceder-se, para os anos futuros, no domínio das ciên-

cias humanas e sociais? Porque uma coisa é saber quais são as tendências atuais que animam as pesquisas neste domínio e prever, a partir daí, as prioridades e os apoios a serem concedidos. Ao lado das considerações científicas põe-se o problema de ordem ética: quais são, dito de outra forma, as finalidades de pesquisa que se pode propor à comunidade de investigadores neste domínio: a instância ética - desde que a UNESCO queira assumir tal estatuto - pode contentar-se em admirar, como com a ajuda de um caleidoscópio, a diversidade das situações, das condições e das culturas humanas e favorecer a sua descrição, ou então, quer ela fazer sua a convicção da necessidade propriamente dita das ciências humanas e sociais - que se arrastam longe, atrás das ciências da natureza - a fim de as promover como "ciências", suscetíveis de ajudar a resolver os problemas sobre-humanos que se colocam à humanidade? Só então, na sequência do enunciado de uma deontica científica, é que uma estratégia de proteção, de incitação e de assistência poderia ser elaborada, conciliando o saber e o dever humanos.

**Traduzido do original francês *Nouveaux développements dans les sciences du langage*
por Norma Tasca**

